



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
SECRETARIA DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Relatório Circunstanciado da Prestação de Contas do Executivo 2019

Em atenção ao disposto no Art. 113, letra “a”, da Resolução 544/2000 do RITCE regulamentado pela Resolução nº 962/2012, tenho a satisfação de apresentar a V. Sa. o relatório do Balanço Geral da Administração Direta, relativo ao **Exercício de 2019**, acompanhado da presente exposição, que visa demonstrar a situação Econômica/Financeira do Município, conforme resolução do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, como segue abaixo.

01 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

01.1 – ORÇAMENTO

A Lei de Meios para o exercício financeiro de 2019 estimou a Receita Municipal Líquida em R\$ 216.997.157,00 e fixando a Despesa em igual valor, sendo demonstrada na seguinte forma: No Poder Executivo: Despesa Orçamentária em R\$ 170.575.204,00 e Interferências Passivas em R\$ 37.421.953,00; No Poder Legislativo: Despesa Orçamentária em R\$ 7.840.000,00 e Interferências Passivas em R\$ 1.070.000,00 totalizando o valor de R\$ 8.910.000,00

Entretanto, no Poder Executivo com a abertura de Créditos Adicionais no decorrer do exercício, estas cifras foram alteradas, conforme demonstra o quadro a seguir:

Despesa Fixada no Executivo		207.997.157,00
(+) Créditos Adicionais		
Suplementares	85.992.344,87	
Especiais	23.600.093,79	
Extraordinários	0,00	
(-) Reduções	85.992.344,87	
Despesa Autorizada		231.597.250,79

Verifica-se que houve um incremento no Orçamento no montante de R\$ 23.600.093,79 oriundos do produto de provável maior arrecadação de receitas do FPM,

ICMS, IPVA bem como os provenientes de Receitas de Convênios e Auxílios recebidos no exercício no montante descrito.

01.2 - CRÉDITOS ADICIONAIS

No exercício financeiro de 2019, foram autorizadas as abertura de créditos adicionais que totalizaram a soma de R\$ 109.592.438,66 dos quais, os Créditos Suplementares somam o valor de R\$ 85.992.344,87 e os Créditos Especiais que por sua vez somam o valor de R\$ 23.600.093,79 tendo sido utilizado para cobertura dos mesmos a Redução de dotações orçamentárias na ordem de R\$ 85.992.344,87 e o produto de maior arrecadação e de convênios e auxílios verificada no decorrer do corrente exercício na ordem de R\$ 23.600.093,79

ORÇAMENTO					
DOTAÇÃO INICIAL	MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				DOTAÇÃO ATUALIZADA
	CRÉDITOS ADICIONAIS			REDUÇÃO	
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINARIO		
207.997.157,00	85.992.344,87	23.600.093,79	-	85.992.344,87	231.597.250,79

01.3 - ANÁLISE DA RECEITA

A Receita realizada no exercício em questão atingiu o montante de R\$ 193.435.466,13 sendo o seu comportamento traduzido no quadro a seguir:

		Dotação Inicial	Dotação atualizada	Receita realizada	Saldo
RECEITAS (EXCETO INTRA-		215.807.659,00	215.807.659,00	193.435.466,13	22.372.192,87
RECEITAS CORRENTES		204.874.074,00	204.874.074,00	192.837.714,63	-12.036.359,37
	RECEITA IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	55.406.452,00	55.406.452,00	30.857.473,91	-24.548.978,09
	IMPOSTOS	41.734.337,00	41.734.337,00	24.230.835,72	-17.503.501,28
	TAXAS	8.672.115,00	8.672.115,00	6.626.638,19	-2.045.476,81
	Contribuição de melhoria	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	-5.000.000,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	7.182.571,00	7.182.571,00	3.543.094,07	-3.639.476,93
	Contribuições sociasi	3.755.154,00	3.755.154,00	0,00	-3.755.154,00
	CONT CUSTEIO DO SERV ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.427.417,00	3.427.417,00	3.543.094,07	115.677,07
	RECEITA PATRIMONIAL	4.316.738,00	4.316.738,00	880.379,70	-3.436.358,30
	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	370.099,00	370.099,00	348.789,22	-21.309,78
	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.946.639,00	3.946.639,00	531.590,48	-3.415.048,52
	RECEITA DE SERVIÇOS	66.336,00	66.336,00	46.821,94	-19.514,06
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	131.579.324,00	131.579.324,00	154.755.812,78	23.176.488,78
	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	130.244.194,00	130.244.194,00	154.699.357,78	24.455.163,78
	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.335.130,00	1.335.130,00	56.455,00	1.278.675,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.322.653,00	6.322.653,00	2.754.132,23	-3.568.520,77
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.322.653,00	6.322.653,00	2.754.132,23	-3.568.520,77
	RECEITAS DE CAPITAL	10.933.585,00	10.933.585,00	597.751,50	-10.335.833,50
	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.933.585,00	10.933.585,00	597.751,50	-10.335.833,50
	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.690.117,00	503.401,50	-1.186.715,50
RECEITAS (INTRA-	Alienação de bens	9.243.468,00	9.243.468,00	94.350,00	-9.149.118,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS(I)		215.807.659,00	215.807.659,00	193.435.466,13	-22.372.192,87
REFINANCIAMENTO(II)		0	0	0	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(III)=		215.807.659,00	215.807.659,00	193.435.466,13	-22.372.192,87
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO (IV)					
TOTAL(V)=(III+IV)		215.807.659,00	215.807.659,00	193.435.466,13	-22.372.192,87

As receitas da União e do Estado, alocadas como Transferências Correntes no estrutural 17.00 e 24.00 e deduzidas as receitas do FUNDEB e outras deduções, por sua vez atingiram o montante de R\$ 155.259.214,28 correspondendo a **80,26** (oitenta ponto vinte e seis por cento) da receita realizada total, ficando desta forma o percentual de **19,74 %** (dezenove ponto setenta e quatro por cento) de outras receitas arrecadadas do Município.

Verifica-se também que gerou um déficit na receita realizada na ordem de R\$ 22.372.192,87 a menor do que a previsão. No entanto, salientamos que houve neste exercício, algumas receitas que houve maior arrecadação em proporção ao valor estimado, mesmo assim a grande maioria ficou abaixo do previsto.

01.4 - ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada para o exercício sofreu alterações em face da abertura dos Créditos Adicionais, tendo atingido o montante de R\$ 231.597.250,79 sendo o seu comportamento traduzido no quadro a seguir:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i=e-h)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM)(VIII)	202.497.157,00	231.597.250,79	222.976.345,14	208.966.368,89	167.398.090,45	8.620.905,65
DESPESAS CORRENTES	185.344.708,00	201.278.820,53	197.013.042,80	185.007.305,76	147.789.691,12	4.265.777,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	103.451.263,00	118.229.364,22	117.456.083,19	117.253.992,59	87.546.836,28	773.281,03
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	17.496,94				17.496,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	81.873.445,00	83.031.959,37	79.556.959,61	67.753.313,17	60.242.854,84	3.474.999,76
DESPESAS DE CAPITAL	17.152.449,00	30.318.430,26	25.963.302,34	23.959.063,13	19.608.399,33	4.355.127,92
INVESTIMENTOS	3.705.009,00	8.780.128,89	4.555.971,06	2.617.545,54	2.482.681,73	4.224.157,83
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	13.447.440,00	21.538.301,37	21.407.331,28	21.341.517,59	17.125.717,60	130.970,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0	0	0	-	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS(VI)	202.497.157,00	231.597.250,79	222.976.345,14	208.966.368,89	167.398.090,45	8.620.905,65

A maior concentração dos dispêndios públicos verificou-se no elemento Despesas com Pessoal e Encargos, onde atingiu as cifras de R\$ 117.253.992,59 chegando a 56,11 (cinquenta e seis ponto onze por cento) da despesa total liquidada, excluída as Transferências Financeiras concedidas ao Legislativo e as deduções previstas pelo TCE-RS no montante de R\$ 22.545.450,61, com valor líquido de R\$ 94.708.541,98 totalizando o percentual de líquido de 45,32%(quarenta e cinco ponto trinta e dois por cento)

A despesa com pessoal atingiu o montante de R\$ 88.905.874,83 frente a receita corrente líquida apura de R\$ 184.997.504,77, ficando no percentual de 48,06% da despesa total.

02 - GESTÃO FINANCEIRA

02.1 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se na peça básica para a demonstração da gestão financeira, desenvolvida ao longo de um período de doze meses, conjugando operações de Receita e Despesa orçamentária, além daquelas que por natureza independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no final do exercício.

Demonstra a efetiva movimentação dos recursos arrecadados e as despesas executadas, conjugando seus valores com a demonstração financeira descrita a seguir.

INGRESSOS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	193.435.466,13	191.344.275,94
Ordinária	92.269.234,67	93.501.732,01
Vinculada	101.166.231,46	97.842.543,93
Recursos Vinculados à Educação	41.921.664,15	40.766.098,59
Recursos Vinculados à Saúde	48.836.345,91	48.808.044,49
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	-	0
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	-	0
Recursos Vinculados à Assistência Social	-	0
Outras Destinações de Recursos	10.408.221,40	8.268.400,85
Transferências Financeiras Recebidas (II)	-	-
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-	0
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	-	0
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPP	-	0
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGP	-	0
Recebimentos Extraorçamentários (III)	105.116.346,55	70.790.458,30
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	14.009.976,25	15.614.878,89
Inscrição de Restos a Pagar Processados	41.568.278,44	13.163.316,84
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	47.908.102,68	42.012.262,57
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.629.989,18	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	33.709.394,96	32.686.754,65
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.903.611,02	19.762.329,70
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.805.783,94	12.924.424,95
TOTAL(V) = (I+II+III + IV)	332.261.207,64	294.821.488,89
DISPÊNDIOS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	222.976.345,14	194.081.944,90
Ordinária	106.823.292,70	79.977.318,90
Vinculada	116.153.052,44	114.104.626,00
Recursos Destinados à Educação	44.035.502,18	51.019.374,41
Recursos Destinados à Saúde	60.762.035,12	56.101.789,27
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	-	0
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	-	0
Recursos Vinculados à Assistência Social	-	0
Outras Destinações de Recursos	11.355.515,14	6.983.462,32
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	9.020.863,44	9.901.959,69
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	9.020.863,44	9.901.959,69
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	-	0
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RP	-	0
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RG	-	0
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	63.974.497,20	57.117.439,53
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	9.219.950,02	6.798.681,30
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	5.873.156,72	4.121.719,79
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	47.719.076,70	46.178.571,70
Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.162.313,76	18.466,74
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	36.289.501,86	33.702.600,21
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.446.129,66	23.896.816,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.843.372,20	9.805.783,94
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	332.261.207,64	294.803.944,33

O saldo Financeiro acima verificado confere com o constante do Ativo Circulante no grupo: Caixa e Equivalente de Caixa do Balanço Patrimonial, conforme Anexo nº 14 da Lei nº 4.320/64.

Os valores descritos como receita orçamentária, corresponde aos valores da Receita Corrente e Receita de Capital, excluídas as deduções efetuadas do FUNDEB e outras deduções da Receita Corrente.

Os valores descritos como receita extra-orçamentária, correspondem aos valores movimentados no passivo financeiro na coluna créditos, tais como receitas de depósitos, consignações, cauções e de fundos, conforme demonstrado no Passivo Circulante.

Os valores descritos como despesa extra-orçamentária, correspondem aos valores movimentados no passivo financeiro da coluna débitos, relativos a Depósitos, Consignações, Fundos e Restos a Pagar de exercícios anteriores, conforme demonstrado no Passivo Circulante.

Os valores descritos como Interferência Passiva, correspondem aos valores das Transferências Financeiras realizadas com a remessa de recursos municipais a outros órgãos do Município, tais como Poder Legislativo e Dae - Departamento de Água e Esgotos, conforme demonstrado no balancete de verificação do exercício.

02.2 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial demonstra a situação financeira da entidade e deve expressar de forma quantitativa e qualitativamente, o Patrimônio do Município, demonstrando a posição do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, e informando a situação dos bens, direitos e obrigações em determinado momento, considerando-se a origem e aplicação dos recursos à disposição da Azienda Pública.

Assim, colocando a situação do patrimônio do Município segundo este documento que é a seguinte:

Em relação ao Ativo Circulante.

TÍTULOS	VALOR
(+) ATIVO CIRCULANTE	54.161.456,43
(-) PASSIVO CIRCULANTE	77.049.124,14
Saldo Financeiro verificado	(22.887.667,71)

Em relação ao Ativo Permanente.

TÍTULOS	VALOR
(+) ATIVO NÃO CIRCULANTE	197.084.952,72
(-) PASSIVO NÃO CIRCULANTE	191.656.133,82
Saldo Patrimonial Verificado	5.428.818,90

Com base nos demonstrativos elencados, vimos que os valores do Ativo Circulante Líquido e os do Ativo Não Circulante Líquido, nos conduzem ao resultado patrimonial do exercício, ou seja, o Patrimônio Contábil do Município, conforme demonstrado a seguir:

RESUMO PATRIMONIAL 2019	
(+) ATIVO CIRCULANTE LÍQUIDO	(22.887.667,71)
(+) ATIVO NÃO CIRCULANTE LÍQUIDO	5.428.818,90
(=) SALDO PATRIMONIAL (Ajustado financeiramente)	(17.458.848,81)

O valor descrito de R\$ (17.458.848,81) (dezessete milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta e um centavos) é representado contabilmente como Patrimônio Real Líquido da Administração Municipal.

Com relação ao Saldo Patrimonial Líquido do Município, observa-se que obteve um decréscimo no exercício na ordem de R\$ 44.051.913,21 (quarenta e quatro milhões cinquenta e um mil novecentos e treze reais e vinte um centavos) passando o mesmo de R\$ 26.593.064,40 para o montante de R\$ (17.458.848,81) resultado das variações verificadas no financeiro e patrimonial, todos demonstrados no quadro Demonstrativo do Balanço Patrimonial da Lei 4.320/64.

Tal impacto é justificado pela variação no circulante devido a reclassificação dos valores referentes aos parcelamentos ativos que constavam no passivo não circulante e foram reclassificados devido aos parcelamentos vencidos nos próximos doze meses.

02.3 - DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública são compromissos assumidos pelo Município gerados em sua gestão, destinados a manutenção ou a investimentos realizados, que podem ser

cumpridos a curto prazo, denominados de dívida flutuante, e a longo prazo, denominados de dívida fundada.

O Município mantém essas dívidas descritas em sua contabilidade junto ao passivo, com registros periódicos de sua movimentação financeira.

Os valores da **dívida fundada** interna pública municipal que compreende os compromissos de exigibilidade contraídos para atender a desequilíbrios orçamentários ou a financiamentos de obras, serviços públicos, parcelamentos previdenciários e financeiros e outras dívidas contratuais, atingiu no município o montante de R\$ 191.656.133,82 decorrentes de parcelamentos contraídos junto à RGE Sul, e devidamente autorizadas em Lei e da Dívida Previdenciária junto ao INSS e Sisprem - Sistema de Previdência Municipal, todos devidamente parcelados.

A posição destas dívidas em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	191.656.133,82	192.053.181,66
OBRIGAÇÕES TRABALH., PREVIDENC. E ASSISTENCIAIS A LONGO PRAZO	184.715.749,62	181.143.012,71
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	184.715.749,62	181.143.012,71
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	4.804.399,37	6.383.927,93
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO – INTERNO	4.804.399,37	6.383.927,93
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	1.044.366,69	2.931.880,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	1.044.366,69	2.931.880,71
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA) DIFERIDA	0,00	0,00
(-) CUSTO DIFERIDO	0,00	0,00
	191.656.133,82	192.053.181,66

2.3.1. Relatório analítico do passivo não circulante

2.3.1.1- ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

- SISPREM

Atualmente o município possui 9 acordos de parcelamentos vigentes com os SISPREM .

- ✓ Parcelamento de débitos relativos à **patronal** conforme acordos abaixo parcelados a contar de setembro/2017:

Acordo	Composição	Nº de parcelas
826/2017	01/2016 à 03/2017	200
889/2017	01/2005 à 10/2012	200
890/2017	11/2012 à 12/2015	200
866/2017	12/2001 à 04/2012	200
698/2018	04/2017 à 13/2017	60
256/2019	01/2018 à 13/2018	60

- ✓ Parcelamento de débitos relativos à **assistência** conforme acordos abaixo parcelados em até 200 vezes a contar de março/2018:

Acordo	Composição	Nº de parcelas
001/2018	2016 e 2017	200
002/2019	2018	60

- ✓ Parcelamento de débitos relativos à patronal sobre a **receita corrente líquida** conforme acordos abaixo parcelados em 60 vezes a contar de abril/2019:

Acordo	Composição	Nº de parcelas
003/2019	2018	60

Segue abaixo relatório esquematizado, dos valores individuais dos parcelamentos

Passivo Não Circulante	
Dívida Previdenciária	
SISPREM	
Acordo 826/2017	R\$
Valor em 29/12/2019	26.232.004,64
Correção	3.856.055,74
(-) Valor Transferido PC	3.169.156,03
Valor em 30/12/2019	26.918.904,35
Acordo 866/2017	R\$
Valor em 29/12/2019	18.628.528,81
Correção	2.738.358,98
(-) Valor Transferido PC	2.250.560,54
Valor em 30/12/2019	19.116.327,25
Acordo 889/2017	R\$
Valor em 29/12/2019	57.269.648,63
Correção	8.418.531,49
(-) Valor Transferido PC	6.918.893,73
Valor em 30/12/2019	58.769.286,39
Acordo 890/2017	R\$
Valor em 29/12/2019	31.551.270,64
Correção	4.637.977,91
(-) Valor Transferido PC	3.811.790,25
Valor em 30/12/2019	32.377.458,30
Acordo 256/2019	R\$
Valor em 29/12/2019	14.832.967,73
Correção	2.180.418,58
(-) Valor Transferido PC	1.792.009,03
Valor em 30/12/2019	15.221.377,28
Acordo 698/2018	R\$
Valor em 29/12/2019	9.026.813,06
Correção	1.326.924,68
(-) Valor Transferido PC	1.090.552,53
Valor em 30/12/2019	9.263.185,21

Divida Assistência	
SISPREM	
Acordo 001/2018	R\$
Valor em 29/12/2019	13.923.624,85
Correção	2.046.746,87
(-) Valor Transferido PC	1.682.148,97
Valor em 30/12/2019	14.288.222,75
Acordo 002/2019	R\$
Valor em 29/12/2019	355.776,61
Correção	52.298,50
(-) Valor Transferido PC	42.982,29
Valor em 30/12/2019	365.092,82
Acordo 003/2019	R\$
Valor em 29/12/2019	1.071.198,33
Correção	157.464,16
(-) Valor Transferido PC	129.414,23
Valor em 30/12/2019	1.099.248,26

Passivo Circulante	20.887.507,60
Passivo Não Circulante	177.419.102,61
Total Atualizado	198.306.610,21

- INSS

Valor mensal retido no 1º decêndio FPM relativo ao contrato de parcelamento com o INSS pela MP 2129-8 de 26/04/2001 e MP 2187-12 de 27/07/2001 firmado em 2012 para pagamento de 240 parcelas mensais variáveis no valor aproximado de R\$ 175.000,00. Além do valor retido há um parcelamento no valor de R\$ 1.600,00 pago mensalmente, constando nesse item os valores excluídos a composição do passivo circulante.

2.3.1.2- EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO – INTERNO

Valor mensal referente ao parcelamento junto à empresa fornecedora de energia elétrica **RGE** assinado em 03/02/2017 que prevê o pagamento de 165 parcelas de R\$ 65.813,59, atualmente com 36 parcelas pagas, constando nesse item os valores excluídos a composição do passivo circulante.

2.3.1.3- OUTRAS OBRIGAÇÕES AS LONGO PRAZO

Termo de reacordo com confissão de dívida e compensação de valores assinada entre Município De Sant' Ana do Livramento e o Lanifício Do Rio Grande Do Sul Thomaz Albornoz S/A assinado em 17/10/2017 conforme processo: 0025/1.03. 0017673-2 no valor de R\$ 3.650.690,57.

O presente termo acordou o pagamento de 73 parcelas no dia 17 de cada mês de R\$ 50.000,00 corrigidas monetariamente pelo IGP-M e juros moratórios de 1% a contar da data de assinatura do acordo. O contrato prevê que nos meses de março e novembro será efetuado o pagamento de duas parcelas com os referidos acréscimos. Atualmente o presente acordo possui 26 parcelas pagas, constando nesse item os valores excluídos a composição do passivo circulante.

2.3.2. Relatório Analítico Do Passivo Circulante

Os valores da dívida fluante do Município importa neste final de exercício em R\$ 77.049.124,14 apresentando a seguinte composição:

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	77.049.124,14	22.921.762,99
OBRIGAÇÕES TRABALH., PREVIDENC. E ASSISTENC. A CURTO PRAZO	56.511.671,75	11.029.120,10
PESSOAL A PAGAR	0	1.836.968,50
BENEFÍCIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0	0,00
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0	0,00
FORNECED. E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	10.916.145,621	4.212.667,71
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS	10.916.145,62	4.212.667,71
FORNECEDOR/CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS	789.764,28	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS-CURTO PRAZO COM UNIÃO	0	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	8.831.542,49	7.679.975,18
VALORES RESTITUÍVEIS	8.831.542,49	7.679.975,18
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		0,00

2.3.2.1- OBRIGAÇÕES TRABALH., PREVIDENC. E ASSISTENC. A CURTO PRAZO

Este item abrange os valores dos parcelamentos juntos ao RPPS, porém, somente as parcelas exigíveis nos 12 meses após a emissão das demonstrações contábeis.

2.3.2.2- FORNECEDORES A PAGAR

Este item abrange os valores devidos a fornecedores, porém, somente as parcelas exigíveis nos 12 meses após a emissão das demonstrações contábeis.

2.3.2.3- DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Este item abrange os valores dos valores consignados de terceiros em posse do executivo que serão repassados na abertura do exercício 2020.

Demonstramos a seguir a totalização da Dívida Pública do Executivo na seguinte composição:

TÍTULOS	Saldo Exercício Atual	Saldo Exercício Anterior
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	191.656.133,82	192.053.181,66
DÍVIDA FLUTUANTE	77.049.124,14	22.921.762,99
DÍVIDA PATRIMONIAL	268.705.257,96	214.974.944,65
Restos a Pagar não Processados	14.009.976,25	15.614.878,89
DÍVIDA TOTAL FINANCEIRA	282.715.234,21	230.589.823,54

02.4 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Neste resumo apresentamos as movimentações ocorridas durante o exercício, das variações patrimoniais orçamentárias e independentes da execução orçamentária, que irão nos informar o resultado final da gestão patrimonial.

A demonstração das variações patrimoniais informa as alterações efetivas sofridas pelo Patrimônio durante o exercício, que na realidade indica os recursos financeiros efetivamente obtidos e por outro lado, os recursos aplicados nas várias atividades executadas pela administração.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	208.772.401,64	234.806.978,92
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	37.213.771,97	7.891.181,42
Contribuições	3.611.260,21	3.369.864,46
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	449.667,77	1.517.962,86
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	830.403,23	1.831.341,10
Transferências e Delegações Recebidas	154.680.055,66	161.626.679,03
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	6.953.622,69	51.647.267,39
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.033.620,11	6.922.682,66
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	208.772.401,64	234.806.978,92
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	252.322.292,01	250.269.559,77
Pessoal e Encargos	128.619.274,71	157.394.539,50
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	98.718,13	94.706,72
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	62.050.891,44	66.795.489,33
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	39.715.426,16	7.492.188,27
Transferências e Delegações Concedidas	10.120.737,04	10.188.053,56
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	5.051.202,00	1.501.142,32
Tributárias	2.140.395,15	2.059.550,06
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.525.647,38	4.743.890,01
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	252.322.292,01	250.269.559,77
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	- 43.549.890,37	-15.462.580,85

A diferença apurada, seja positiva, negativa ou nula, entre as variações patrimoniais, esta integrada ao saldo patrimonial da entidade administrativa.

03 – GESTÃO DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO

Com referência aos recursos administrados pela Secretaria de Educação, temos a aplicação de recursos na despesa empenhada total do ano, ordem de R\$ 58.741.468,23 ao qual importa em 30.37% (trinta ponto trinta e sete por cento) de recursos aplicados pela Secretaria de Educação com relação à receita orçamentária total do Executivo, na ordem de R\$ 193.435.466,13 cumprindo assim o “caput” do **Art. 191 da Lei Orgânica Municipal**, com exceção do parágrafo único deste artigo, ao qual destina no mínimo 10% (dez por cento) em aplicação à manutenção, conservação, ampliação e construção das escolas públicas municipais onde foi aplicado R\$ 49.730,00 de investimento.

Em relação aos recursos aplicados em **Educação** conforme determina o **Art. 212 da Constituição Federal**, o Poder Executivo, obteve uma participação superior aos limites mínimos obrigatórios, executando a aplicação geral em educação na ordem de 27,12% (vinte e sete ponto doze por cento), considerados a despesa liquidada com Fundeb e MDE, na ordem R\$ 35.709.486,02 já precedidos dos ajustes legais do Fundeb.

CALCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
1 - RECEITA BASE DE IMPOSTO E TRANSFERÊNCIAS AO ENSINO	131.683.316,13
1 - 1 PERCENTUAL MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM MDE : 25%	32.920.829,03
2 - APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ART. 122 da CF = (a + b + c + d + e+f)	44.526.508,38
a) DESPESA EM EDUCAÇÃO INFANTIL	6.513.885,83
b) DESPESA EM ENSINO FUNDAMENTAL	9.529.756,19
c) DESPESA EM ADMINISTRAÇÃO GERAL	27.914.100,64
d) DESPESA EM ENSINO MÉDIO	384.469,66
e) DESPESA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	136.296,06
f) DESPESA EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	48.000,00
e) Despesas Liquidadas de Restos a Pagar – TCE	
2 - 1 - DEDUÇÕES DA DESPESA (f + g + h)	8.817.022,36
f) PLUS DO FUNDEB = (f1 – f2)	8.773.850,15
f-1) Valor financeiro recebido	8.773.850,15
f-2) Valor financeiro em conta bancária	0
g) RECEITA RENDIMENTOS FINANC – MDE/FUNDEB	-43.172,21
h) CONTRIBUIÇÃO PREVIDENC. ESPECIAL – SISPREM	0,00
2 - 2 - TOTAL LIQUIDO DA APLICAÇÃO (2 – 2.1)	35.709.486,02
3 - INDICE LEGAL NA APLICAÇÃO EM MDE = (2.2 / 1) %	27,12%

O Município efetuou uma receita bruta na ordem de R\$ 193.435.466,13 sendo que a receita Base de Cálculo para Aplicação do Art. 212 da CF importa em R\$ 131.683.316,13 ao qual destina o valor mínimo de 25% para aplicação em Educação no valor de R\$ 32.920.829,03.

A despesa liquidada em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no período, foi no valor bruto de R\$ 44.526.508,38 que realizada as deduções respectivas na ordem de R\$ 8.773.850,15 fica a aplicação líquida de R\$ 35.709.486,02, portanto, superior em R\$ 2.788.656,99 ao limite legal.

Dentro dos valores aplicados em manutenção e desenvolvimento da educação, temos a destinação dos valores brutos de R\$ 29.975.101,53 para o Fundeb e R\$ 14.551.406,85 para o MDE além de outros recursos vinculados à educação que não fazem parte no computo geral do índice legal.

Ainda dentro dos recursos orçamentários administrados pela Secretaria de Educação que constituem gastos vinculados ao computo do índice de aplicação do art. 122, temos ainda, a aplicação no Ensino Fundamental, Ensino Infantil, Ensino Médio e Superior que são geridos com recursos livres e outros recursos vinculados da educação, bem como recursos de MDE e Fundeb que não foram liquidados no ano e que montam a aplicação de R\$ 1.618.836,41. Todos estes recursos totalizam a aplicação geral de despesa empenhada junto a Secretaria de Educação na ordem de R\$ 55.653.349,14

VALOR DA APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO ANO DE 2019		
1 Valor Liquidado no recurso	Fundeb	29.975.101,53
2 Valor Liquidado no recurso	MDE	14.551.406,85
	Sub Total	44.526.508,38
3 Valor liquidado Diversos		11.126.840,76
	Total Geral	55.653.349,14

04 – GESTÃO DOS RECURSOS DA SAÚDE

Em cumprimento a Emenda Constitucional nº 29/2000, que estabelece normas para assegurar recursos mínimos ao cumprimento das Ações e Serviços Públicos de Saúde aos Municípios, destaca-se o esforço da administração para a observância dessas normas e obrigações.

CALCULO DO LIMITE MÍNIMO COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
1 - TOTAL DA RECEITA BASE DE IMPOSTO E TRANSFERÊNCIAS A SAÚDE	131.683.316,13
PERCENTUAL LEGAL MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM ASPS : 15%	19.752.497,12
2 - APLICAÇÃO EM SAÚDE – E.C nº 29 / 2000 = (a + b + c + d)	29.786.861,42
a) Atenção Básica	29.556.457,00
b) Suporte profilático e Terapeutico	151.802,38
c) Vigilância Sanitária	37.272,69
d) Vigilância epidemiológica	41.329,35
d) DESPESAS DE RESTOS A PAGAR –Liquidados	0
DEDUÇÕES DA DESPESA	1.032,48
e) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO SUS/FES	0
f) RECEITA DE RENDIMENTOS FINANCEIROS – ASPS	1.032,48
g) CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA ESPECIAL – SISPREM	0,00
h) TOTAL = (e+f+g)	1.032,48
i) TOTAL LIQUIDO DA APLICAÇÃO = (a+b+c+d-g)	29.785.828,94
j) INDICE LEGAL APURADO NA APLICAÇÃO EM ASPS = (i / 1 x 100)	22,62%

Com relação aos recursos administrados pela Secretaria de Saúde, temos a aplicação total dos valores empenhados na ordem de R\$ 66.327.802,85 sendo que os empenhos liquidados são na ordem de R\$ 60.366.544,33.

Nos valores liquidados em que os apuramos os recursos próprios aplicados em Saúde, denominados de ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde, são na ordem de R\$ 29.786.861,42. Deste valor procedemos as deduções na ordem de R\$ 1.032,48 conforme relatório acima, resultando no valor líquido de R\$ 29.785.828,94,

Com a base de cálculo de arrecadação para a saúde na ordem de R\$ 131.683.316,13 e tendo como aplicação mínima legal de 15%, apuramos o valor de R\$ 19.752.497,42 como limite mínimo em saúde com ASPS.

Como aplicamos o valor líquido de R\$ 29.785.828,94 conforme demonstrativo depreende-se então uma aplicação a maior em ASPS – Ações e Serviços Públicos de Saúde na ordem de R\$ 10.033.331,52 que foi coberta com recursos próprios municipais.

O percentual mínimo legal a ser aplicado em saúde pelo município como ASPS, deve ser de no mínimo **15 %**, e que no corrente exercício de 2019, foi apurado o percentual de **22,62 %** (vinte e dois ponto sessenta e dois por cento).

Esclarecemos que nos valores alocados como ASPS, esta excluído e não computados os recursos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde Federal - SUS e Fundo Estadual de Saúde – FES, que são verbas vinculadas e não entram no computo dos gastos mínimo em saúde do município.

Ainda dentro dos recursos orçamentários administrados pela Secretaria de Saúde que constituem gastos vinculados ao computo do índice de aplicação da E.C. 29, temos também a aplicação em Saúde de recursos oriundos do SUS – Governo Federal e SUS/FES – Governo Estadual que são geridos com recursos vinculados e outros recursos originários de convênios ou aporte municipal próprio. Todos estes recursos totalizam a aplicação geral junto a Secretaria de Saúde na ordem de R\$ 66.327.802,85 conforme quadro abaixo.

VALOR DA APLICAÇÃO EM SAÚDE NO ANO DE 2019		
1	Valor Liquidado no recurso	ASPS 29.785.828,94
2	Valor Liquidado no recurso	Outros 36.541.973,91
Total Geral		66.327.802,85

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colocamos como observação as seguintes informações, que ajudam a melhor visualizar a situação da Administração Pública Municipal do Executivo, como segue:

- 1- As transferências realizadas ao Poder Legislativo, a título de Duodécimo montam o valor de R\$ 10.491.874,02 representando o percentual de 7 % da receita base de cálculo do Executivo, já corrigida, na ordem de R\$ 149.883.913,71 do ano anterior, conforme dispõem a Emenda Constitucional nº 25 de 14/02/2000.
- 2- O Poder Legislativo Municipal recebeu no período de 2019 os repasses legais constitucionais em datas apazadas pelo montante de R\$ 10.240.994,62 assim constituído:
 - 2.1 R\$ 1.200.000,00 (destinados a Santa Casa para sanar dificuldades financeiras enfrentadas pela entidade)
 - 2.2 R\$ 20.131,18 (parcelamento do INSS/Legislativo descontado da parcela do FPM)
 - 2.3 R\$ 9.020.863,44 (repasso direto)

- 3- As despesas com pessoal civil e encargos patronais no período, para efeito de cumprimento da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, repercutem o índice de **49,37** (quarenta e nove ponto trinta e sete por cento) do total da receita corrente líquida consolidada do município, ao que montam o valor de R\$ **105.518.922,08** com despesa de pessoal e encargos, já feita às deduções de contribuição previdenciária especial ao Sisprem, ao qual é calculado sobre a **Receita Corrente Líquida consolidada do município**, na ordem de **R\$ 213.731.918,09**.

Despesa com Pessoal – Consolidada (Prefeitura e autarquias)	Despesa Executada com Pessoal
	Despesas - Últimos 12 Meses
	LIQUIDADAS (a)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	
DESPEZA BRUTA COM PESSOAL (I)	
Pessoal Ativo	105.518.922,08
Pessoal Inativo e Pensionistas	0
Outras Despesas Pessoal decorrentes de Contratos Terceirização	0
DESPEZA LÍQUIDA COM PESSOAL)	105.518.922,08

RECEITA CORRENTE LIQUIDA -últimos 12 meses	213.731.918,09
---	-----------------------

Índice de despesa de pessoal apurado - bruta	80,44%
Índice de despesa de pessoal apurado - líquida	49,37%

Com relação ao impacto financeiro da despesa de Pessoal e Encargos efetivamente aplicada no período de 2019, monta o valor líquido de R\$ **105.518.922,08** o que representa o percentual de 49,37% (quarenta e nove ponto trinta e sete por cento) da nossa receita corrente líquida;

- 4- O valor da Dívida Flutuante Municipal no exercício obteve um acréscimo na ordem de R\$ 54.127.361,15 oriundo da reclassificação do longo prazo para o curto prazo e inscrição dos Restos a Pagar processados .

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	77.049.124,14	22.921.762,99
OBRIGAÇÕES TRABALH., PREVIDENC. E ASSISTENC. A CURTO PRAZO	56.511.671,75	11.029.120,10
FORNED. E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	10.916.145,621	4.212.667,71
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9.621.306,77	7.679.975,18

- 5- Os investimentos efetuados no exercício de 2019 representam um total de o índice de 2,04 % da despesa empenhada total do Executivo, montando o valor de R\$ 4.555.971,06 contra o índice de 0,34% do exercício de 2018. Demonstra assim que no período houve maiores investimentos que no ano anterior, com um aumento de 1,70 % (um ponto setenta por cento).
- 6- O valor representado pela Reserva de Contingência na ordem de R\$ 2.700.000,00 serviu para cobertura de insuficiência de saldo orçamentário de folha de pessoal, devoluções de saldos de convênio e repasses para a Santa Casa de Caridade.
- 7- Considerando a execução da receita orçamentária arrecadada na ordem de R\$ 193.435.466,13 com a despesa orçamentária empenhada na ordem de R\$ 222.976.345,14 observa-se que houve no exercício um déficit orçamentário na Administração do Executivo na ordem de R\$ 29.540.879,01 demonstrando assim um desequilíbrio orçamentário nos controles do Executivo. Porém, acrescentando as transferências financeiras ao Poder Legislativo na ordem de R\$ 10.240.994,62 temos um déficit maior de R\$ 39.781.873,63 originado pela diferença entre a receita orçamentária total e a despesa total.
- 8- Também se verifica que na Gestão do Executivo, a ocorrência de um decréscimo patrimonial na ordem de R\$ 44.051.913,01 originado da execução orçamentária e pela Variações Patrimoniais do período, resultando um Patrimônio negativo no período de R\$ 17.458.848,81;

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RESULTADOS ACUMULADOS		
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(257.022,64)	6.093.950,79
SUPERÁVITS/DÉFICITS EXERCÍCIO ANTERIOR	26.348.064,20	36.098.825,70
SUPERÁVITS/DÉFICIT EXERCÍCIO	(43.549.890,37)	(15.599.712,29)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(17.458.848,81)	26.593.064,20

Houve uma redução na dívida fundada pública municipal, representado pelo passivo em longo prazo, na ordem de R\$ 397.047,84 que era de R\$ 192.053.181,66 e passou para R\$ 191.656.133,82 em virtude da reclassificação dos valores referentes aos parcelamentos ativos que constavam no passivo não circulante e foram reclassificados devido aos parcelamentos vincendos nos próximos doze meses.

Títulos	Anterior	Débitos	Créditos	Exercício Seguinte
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	181.143.012,71	43.317.948,37	46890685,28	184.715.749,62
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	6.383.927,93	1.591.139,38	11.610,82	4.804.399,37
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0	868.548,00	1.912.914,67	1.044.366,69
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	2.931.880,71	2.338.237,09	497.974,52	1,091.618,14
RESULTADO DIFERIDO	-			-
TOTAL	192.053.181,66	49.710.233,15	49.313.185,31	191.656.133,82

- 9- Os ajustes, decorrentes de omissões e erros de exercícios já encerrados foram efetuados na conta de Resultados de Exercícios anteriores e são decorrentes de pagamento da despesa cujo fato gerador foi distinto do exercício de 2019 e a regularização da devolução de saldo financeiro de convênios cuja despesa não havia sido contabilizada.
- 10- Quanto à dívida ativa do executivo, relativa à IPTU, ISSQN e Outras Receitas, houveram de cobrança no exercício de 2019 na ordem de R\$ 5.402.292,27 representando o percentual de 2,79 % do total da receita arrecadada em 2019, contra 3,91 % do exercício de 2018. Embora tenha sido menor o percentual, o município continua com ações de resgate e cobrança da dívida ativa municipal;
- 11- Em relação ao patrimônio municipal, foram feitas três solicitações formais, uma delas inclusive com cópia a UCCI, e não obtivemos retorno dos relatórios atualizados do inventário de patrimônio público o que resulta distorção dos parâmetros utilizados para demonstrar os bens municipais. Sugerimos que sejam tomadas as providências junto a empresa de informática que possui módulos específicos de controle patrimonial e especialização dos recursos humanos disponíveis no setor de patrimônio para que desenvolva ações de controle e levantamento dos bens públicos municipais, através da criação de comissões de levantamento e avaliação dos mesmos para inclusão no sistema de cadastro informatizado do município, o que ainda não foi disponibilizado a contadoria geral municipal;
- 12- Com relação aos relatórios contábeis e financeiros emitidos pela Secretaria de Educação e pela Secretaria da Saúde, esclarecemos que os mesmos são elaborados em dados extraídos pela contadoria geral através de seus

sistemas de informática em conjunto com informações contidas pelo SIAPC / PAD e o SICONFI do 6º bimestre de 2019.

- 13- Quanto ao prazo, informamos que a alteração da entrega do relatório de encerramento do exercício cujo prazo era final de março para final do mês de janeiro coincidiu com entrega do SICONFI e PAD.

Ao ressaltarmos no presente relatório os principais aspectos Econômico-financeiros do exercício de 2019, procurando fazê-lo de forma sintética, conforme disciplina e determina à resolução do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, ficando este Departamento de Contabilidade a disposição de Vossa Senhoria para todo e qualquer esclarecimento que porventura se fizer necessário.

Sant'Ana do Livramento, 24 de janeiro de 2020.

Mari Machado
Prefeita Municipal

Estéfani P. D. Resende
Contador CRC/RS 095051

Solimar Charopen Gonçalves
Prefeito Municipal
01/01/2019 à 26/12/2019